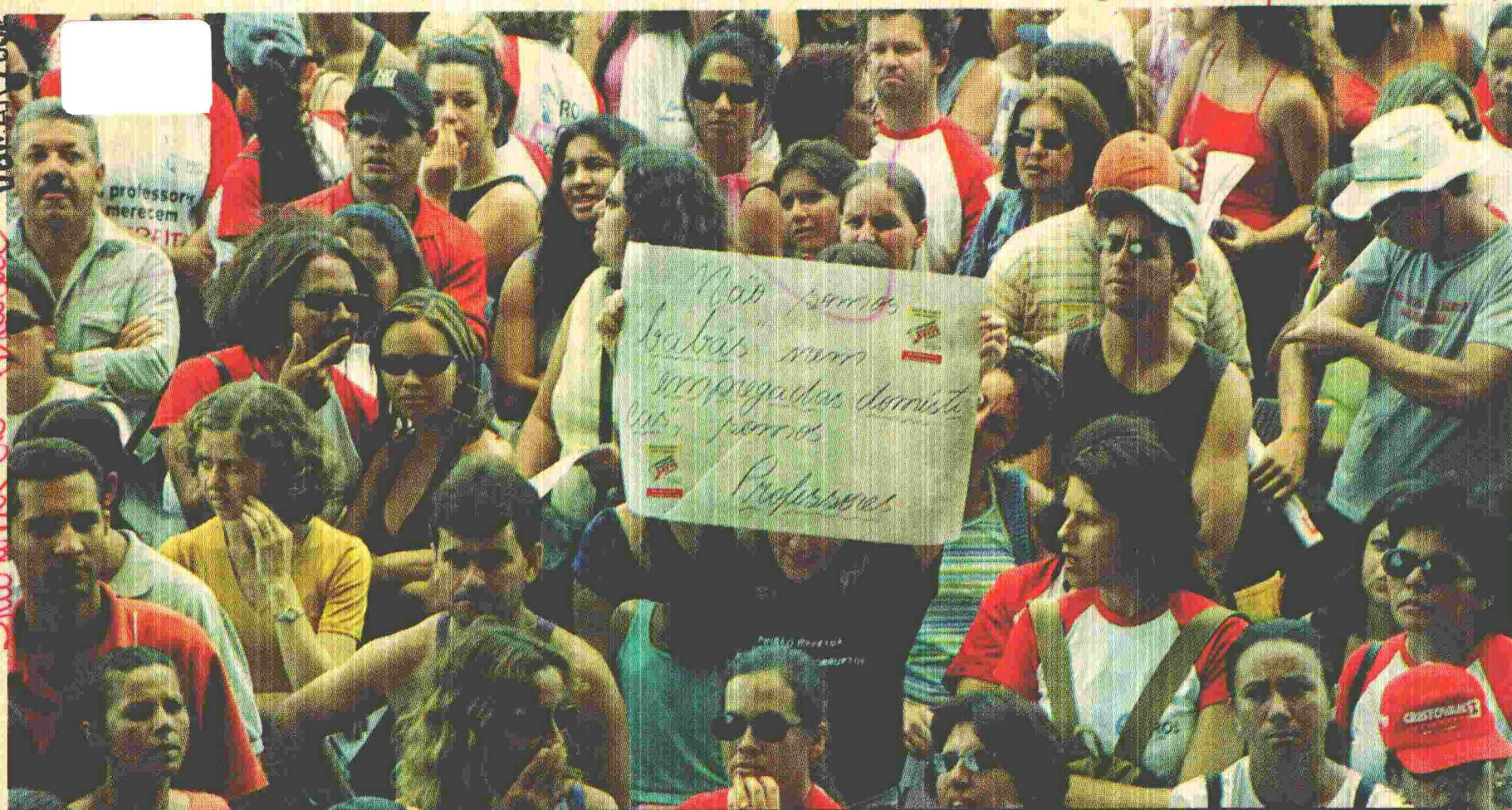


08 MAR 2002

Jubina do Brasil



Categoria exige, além de aumento, reformulação do Plano de Carreira e pagamento do auxílio-alimentação

FÉRIAS FORÇADAS

PARALISAÇÃO E ASSEMBLÉIAS: ESSA SERÁ A ROTINA DOS 8,5 MIL PROFESSORES QUE DECIDIRAM, ONTEM, PELA GREVE EM BUSCA DE REAJUSTE SALARIAL DE 89,9%. CRIANÇAS E PAIS PAGAM O PATO

Denise Arruda

Aconteceu aquilo que pais e alunos temiam: os professores da Secretaria de Educação decidiram pela greve na primeira semana de aula do ano letivo de 2002. Durante a assembléia de ontem, líderes do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) comunicaram para a categoria que mais uma vez não houve negociação oficial com os governos local e federal.

"Não nos apresentaram nenhuma proposta. O governo

não atendeu nosso apelo de garantir recursos necessários para viabilizar o reajuste de 89,9%. Nossa única saída é a greve", afirmou César Santos, diretor de imprensa do Sinpro-DF. São 569 mil estudantes que podem ficar sem aula. Na próxima quarta-feira, será realizada outra assembléia geral.

Segundo César Santos, a assembléia de ontem contou com a adesão de 8,5 mil professores, dos quais 97% votaram a favor da greve. "Essa foi a maior assembléia de professores já presenciada no DF". A categoria exige, além

da reposição salarial, reformulação do Plano de Carreira; gestão democrática, com eleição para as direções das escolas; humanização da docência (condições favoráveis de trabalho); e pagamento do auxílio-alimentação e dos passivos trabalhistas.

Líderes do Sindicato acreditam que 80% das 628 escolas públicas do Distrito Federal podem paralisar suas atividades. "Na realidade, nenhum professor quer a greve. O que nós queremos é uma proposta do governo. Precisamos negociar nosso reajuste salarial e reivin-

dicar melhores condições de trabalho. Depois de incansáveis tentativas de acordo, decidimos pela greve", explicou César.

"Desde 1995 não temos reajuste salarial. Nossa função é muito importante para a sociedade. Quando vamos ser reconhecidos?", desabafou Geny Cavalcanti, professora da rede pública há 13 anos. Geny disse que trabalha 40 horas semanais no Centro Educacional Gisno (Asa Norte). Com o contracheque em mãos, ela defendeu a paralisação. "O governo não negocia. Por isso, professores e estudantes são prejudica-

dos. Sou a favor da greve, pois só assim posso exercer meu direito de reivindicar. Viver com R\$ 1,2 mil por mês para uma professora pós-graduada não é fácil".

Com Elvina Vieira, professora de Pedagogia aposentada, a falta de respeito com a categoria é inaceitável. "Trabalhei 26 anos na Fundação Educacional. Nosso trabalho é tão reconhecido como o das empregadas domésticas. Profissões como essas são desrespeitadas. Precisamos reverter essa situação. A categoria está economicamente esmagada".